

A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA VOLTADAS PARA A RECEPÇÃO DOS REFUGIADOS NO ESTADO BRASILEIRO

Arielle Arry Carvalho¹

RESUMO: Os refugiados que adentram no solo brasileiro enfrentam diversas dificuldades, dentre elas, a dificuldade de comunicar-se. Percebe-se que existem cursos voltados para o aprendizado da língua portuguesa em universidades públicas do país, porém esses cursos, por adotarem uma metodologia geral, não contribuem de forma efetiva para que o refugiado aprenda a comunicasse de um modo mais emergencial, haja vista que os cursos geralmente são semestrais. Desse modo, o presente artigo tem-se o objetivo de abordar a necessidade de criação e aperfeiçoamento de cursos de língua portuguesa nas Universidades do Brasil, bem como de promover cursos de capacitação e qualificação dos profissionais para esse fim, pautados no modelo do Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária, implementado da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A metodologia é bibliográfica, documental, qualitativa e de natureza teórica. Conclui-se que a dificuldade de aprendizagem do idioma local constitui um obstáculo para a integração dos refugiados no Brasil, haja vista que, ao adentrarem no território brasileiro, há uma necessidade mais acentuada em se comunicar com os brasileiros para, por exemplo, matricular um filho na escola, acessar o sistema de saúde, dentre outros atos que demandam uma comunicação mais urgente.

Palavras-Chave: Refugiados. Língua portuguesa. Dificuldade na aprendizagem do idioma.

1614

ABSTRACT: The migration of Venezuelans to Brazil has intensified since 2014 due to the political and economic crisis facing the country. According to data from the United Nations Refugee Agency (UNHCR), between 2014 and 2019, approximately four million inhabitants left Venezuela in search of minimum survival conditions, so that 212,000 of them entered Brazil, mostly by the state of Roraima, border region. However, among the obstacles faced in the Brazilian State is the difficulty in mastering the Portuguese language, which hinders its social inclusion, especially with regard to access to public services, knowledge of their rights in the country and integration with the Brazilians. In this sense, the State of Roraima does not have a Portuguese language course as a host language for refugees in Public Universities, besides the deficiency of professionals qualified for directed education. Thus, this article aims to address the need to improve Portuguese language courses at the Universities of Roraima, in order to target them to refugees as a host language, as well as the importance of professional qualification. To this end, taking as its model the Brazilian Portuguese Project for Humanitarian Migration of the Federal University of Paraná (UFPR). The methodology is bibliographic, documentary, qualitative and theoretical in nature. Finally, it is concluded that the lack of mastery of the language is an obstacle to the integration of the Venezuelan refugee in Brazil and that the improvement of Portuguese courses at the Public Universities of the State of Roraima as a host language is necessary for the social inclusion of the people in Brazil.

Keywords: Teaching Portuguese. Host language. Refugees. Public Universities. Roraima

¹Mestre em Direito Constitucional e Teoria Política na Relações-Públicas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

INTRODUÇÃO

Segundo dados da Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), entre os anos de 2014 a 2019, estima-se que quatro milhões de habitantes deixaram o país em busca de condições mínimas de sobrevivência nos países vizinhos, de modo que, 212 mil venezuelanos ingressaram no Brasil, maior parte pelo Estado de Roraima, pois representa região de fronteira.

Desse modo, os refugiados quando adentram no país enfrentam obstáculos que vão desde a falta de domínio do idioma até a dificuldade no acesso aos serviços básicos, como saúde, alimentação e moradia. O não conhecimento do idioma português dificulta o acolhimento e a integração desses estrangeiros no Brasil. Isso gera sensação de insegurança, afeta autoestima por sentirem-se isolados da sociedade, impede de conhecerem seus direitos no país e, principalmente, o ingresso no mercado de trabalho por meio do acesso ao emprego e a renda.

Nessa linha de pensar, surge a necessidade de serem ofertados nas Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o país, principalmente no Estado de Roraima, onde o fluxo é mais intenso, de curso de língua portuguesa como língua de acolhimento (PLAc) e ainda cursos de aperfeiçoamento de docentes para essa metodologia. Vale ressaltar que a Universidade Federal de Roraima (UFRR) oferece cursos de Português para Estrangeiro, denominado curso de PLE/PLA, Português Língua Estrangeira e Português Língua Adicional, desde 2007, porém, além de serem cobradas taxas de matrículas semestrais, o que representa obstáculo para o ingresso dos refugiados, apresenta uma metodologia geral, voltada para todo tipo de estrangeiro.

Na UFRR há ainda o Programa Idioma Sem Fronteiras (IsF) que, desde 2017, passou a oferecer curso de Leitura e Produção de Textos em Português, destinado aos docentes, funcionários e acadêmicos estrangeiros, porém número de vagas e de participantes é reduzido. Em agosto de 2018, o mesmo programa passou a oferecer Português para Refugiados aberto à comunidade geral ministrado por um acadêmico bolsista, mas foram ofertadas apenas 40 vagas divididas em duas turmas. Já em relação ao português como língua de acolhimento, que representa o objeto de estudo deste artigo, passou a ser difundido no âmbito universitário roraimense a partir de 2017, por meio do Projeto Acolher, que surgiu de um acordo com a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), por meio da Cátedra Sergio Vieira de Mello (CSVM), com o objetivo de desenvolver ações de educação, pesquisa e extensão.

Contudo trata-se de um trabalho voluntário que teve a participação do curso de Relações In-

ternacionais, Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT/UFRR), Grupo de Pesquisa (GEIFRON), Centro de Ciências Humanas (CCH) e membros de projetos de extensão desenvolvidos na universidade, mas as pesquisas ainda são incipientes, necessita, portanto, de consistência para ser implementada, tanto em relação ao aperfeiçoamento de docentes, como em relação ao número de vagas a serem ofertadas, tendo em vista, a demanda de venezuelanos no Estado roraimense.

Diante dessas exposições, indaga-se: Qual a importância da implementação de Cursos de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) aos refugiados no Brasil, principalmente no Estado de Roraima para fins de inclusão social?

Logo, o objetivo deste artigo é abordar a importância da implementação de Cursos de Língua Portuguesa para Acolhimento (PLAc) nas Universidades Públicas do Brasil e, sobretudo, no Estado de Roraima com uma metodologia específica, tomando-se de exemplo, o Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Projeto Acolher da Universidade de Brasília (UNB), os quais têm se mostrado enriquecedores, uma vez que possibilita a integração na sociedade no que concerne às atividades cotidianas, troca cultural e de conhecimentos.

A LÍNGUA PORTUGUESA COMO FORMA DE ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS

A língua do país de acolhimento desempenha um papel fundamental como instrumento de inserção na sociedade, desde o acolhimento, ou seja, na triagem, na solicitação de documentos, até o acesso aos serviços básicos uma vez integrados no país, pois permite a realização de atividades cotidianas como, por exemplo, solicitar uma consulta médica, requerer uma vaga nas escolas, ingressar no mercado de trabalho formal ou até mesmo informal, mas para que isso ocorra, faz-se necessária a inclusão dos cursos de PLAc nas universidades do país, principalmente em Roraima, como política pública de acolhimento dos refugiados no país.

De acordo com o dicionário Michaelis, a palavra acolhimento, significa: ato ou efeito de acolher, acolhida, acolho, guarida. Outra definição seria o lugar onde se encontra amparo, proteção ou refúgio. Nessa perspectiva, a língua de acolhimento tem um sentido mais social, voltada para a proteção e acolhida do cidadão, o que, segundo Grosso (2010), configura uma nova situação socioeducativa.

A Língua de Acolhimento (LAc) diferencia-se da Língua Estrangeira (LE) pois a LE é estu-

dada em outro país, de outra cultura (ALMEIDA FILHO, 2007), como no caso de turistas estrangeiros que estudam português antes de visitar o Brasil. Por outro lado, a LAc pode ser considerada uma segunda língua (L2), já que tem o contato e a interação social, por ser estudada no lugar onde é língua oficial e majoritária, ou seja, em ambiente de imersão. No entanto, de acordo com Grosso (2010), a LA *cultrapassaos limites da L2*, por incluir também, a abordagem do domínio profissional dos direitos sociais e da integração temporária ou permanente ao país de acolhimento.

Na mesma linha de ideias, São Bernardo (2016) afirma que as necessidades das pessoas em situação de imigração forçada ou refúgio são diferentes das necessidades de outros estudantes de português para estrangeiros. É o caso de turistas, estudantes universitários, diplomatas, dentre outros profissionais, que aprendem a língua em contextos sociais que não implicam a luta pela sobrevivência.

Ainda nessa relação da língua com a sobrevivência de imigrantes forçados, Cabete (2010, p.48), explica que “[...] o desconhecimento da língua poderá representar um obstáculo à comunicação com o outro, ao conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto ator social e criar uma desigualdade onde o imigrante se torna mais vulnerável”. Para a autora, a barreira linguística resulta no afastamento das pessoas que não compreendem a língua. Assim, pode ocorrer um distanciamento da sociedade de acolhimento

1617

Dessa forma, a pressão se acentua ainda mais com as preocupações de conseguir um lugar onde morar, um emprego e comida para subsistência. A ansiedade e a necessidade de se integrar na nova sociedade, de aprender a nova língua, levam essas pessoas a buscarem os cursos de português que nem sempre conseguem frequentar, por falta de dinheiro, de transporte ou mesmo de tempo livre. Conforme Sene (2017), todos esses fatores relacionados às pressões e tensões que o público aprendiz enfrenta no processo migratório têm que ser consideradas no ensino-aprendizagem da língua alvo, pois eles engendram dinâmicas/movimentos específicos para esse ensino, visando atender suas necessidades, considerando os seus atravessamentos, os seus limites, as suas recusas e as dificuldades pelas quais passam. (SENE, 2017, p.35).

Para a autora, as dificuldades dos refugiados devem ser levadas em consideração durante as aulas, já que afetam o processo de ensino-aprendizagem da nova língua. Nesse sentido, Freire (1982) ressalta que a preocupação com a questão do sujeito advém da sua importância no processo de

mudança e transformação social, fato que enfatiza a necessidade de uma abordagem metodológica específica para o ensino de PLAc.

Contudo, a iniciativa do ensino de PLAc parte, geralmente, de professores universitários, instituições sem fins lucrativas, igrejas e pessoas engajadas na prestação de serviços sociais. Entretanto, é urgente a necessidade de mais projetos de ensino de PLAc em Roraima e da qualificação dos professores envolvidos nesse ensino. Seguindo a linha de pensamento de Amado (2013), é necessário cobrar que o Governo Federal e os Governos Estaduais promovam o ensino de português aos refugiados apoiando efetivamente as universidades com o fim de aumentarem os projetos de extensão.

As IES, por sua vez, devem incentivar os acadêmicos de Letras a participarem desses programas, como estagiários ou voluntários. Amado (2013, s/n) pede ainda, que as instituições voltem os olhares no ensino e pesquisa ao público imigrante, o qual, “[...] arrancado de sua terra natal, de sua família, de sua língua, busca neste país uma nova oportunidade de refazimento, de integração[...].”

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS ESTRANGEIRO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Nos últimos anos, algumas universidades passaram a oferecer disciplinas introdutórias em Português para estrangeiros, muitas vezes complementadas por estágios supervisionados em projetos de extensão, é o caso das universidades de Roraima. Segundo Almeida Filho (2007) na década de 1960 e 1970 apenas havia cursos de PLE nas principais cidades brasileiras. Atualmente, há muitas universidades que oferecem ensino regular de português para falantes de outras línguas em todas as regiões do país.

Ele afirma que grande parte do ensino de PLE se dava em instituições privadas de línguas em universidades para estudantes visitantes, vindos principalmente da América Latina e África. Na atualidade, existe uma crescente demanda de professores de português, como afirma Castilho (2013), tanto brasileiros como estrangeiros, que trabalham com ensino aprendizagem de PLE e buscam atualização na área. Conforme o autor supracitado, uma opção para a formação de professores é a Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLE), a qual oferece seminários e

cursos de capacitação, além de um encontro anual.

Tendo em vista os aspectos mencionados, são poucas as opções para a formação dos profissionais interessados em seguir carreira no ensino de língua portuguesa para estrangeiros. No norte do Brasil é ainda mais difícil, devido ao elevado custo das passagens aéreas e hospedagens para se deslocar de Estados como Roraima, a fim de participar de cursos e encontros em regiões do país com mais oportunidades de capacitação na área.

As aulas são destinadas aos estrangeiros residentes no Estado e são cobradas taxas de matrículas semestrais. Oferecem os níveis básico, intermediário e avançado. Também há cursos específicos para os estudantes estrangeiros oriundos de convênios, voltados à preparação para o exame de proficiência em língua portuguesa, o Celpe-Bras. Esses cursos podem ser classificados como ensino regular de PLE e, como afirma Almeida Filho (2007), essa oferta é mais recente em outros lugares do país, pois, segundo o autor, antes apenas existia nas principais cidades.

Na UFRR também há o Programa Idioma Sem Fronteiras (IsF) que, desde 2017, passou a oferecer curso de Leitura e Produção de Textos em Português, destinado aos docentes, funcionários acadêmicos estrangeiros. Pelo fato dessas vagas serem exclusivamente para a comunidade acadêmica, o número de participantes é reduzido, embora já exista uma grande quantidade de estudantes estrangeiros na graduação e na pós-graduação. O professor do curso é um acadêmico de graduação em Letras e conta com a coordenação de um professor efetivo da instituição. Em agosto de 2018, o mesmo programa passou a oferecer português para refugiados, aberto à comunidade geral, também ministrado por um acadêmico bolsista. Foram abertas 40 vagas divididas em duas turmas. Uma opção de ensino voltado ao público imigrante que surgiu após o aumento da demanda no Estado. Com relação à formação dos professores de português como língua estrangeira na UFRR, o curso de Letras incluiu, há pouco tempo, uma disciplina optativa em Ensino de PLE.

O termo português como Língua de Acolhimento passou a ser difundido no âmbito universitário roraimense a partir de 2017, por meio de uma palestra da professora Lúcia Barbosa da Universidade de Brasília (UNB), na UFRR. A professora convidada ofereceu uma capacitação para os acadêmicos voluntários que estavam iniciando o ensino de português no Projeto Acolher. Em 2018 a docente retornou a Boa Vista para realizar um encontro de professores e voluntários de PLAc,

no qual, professores, acadêmicos (UERR, IFRR e UFRR) e voluntários da comunidade participaram e trocaram experiências de ensino e aprendizagem nesse contexto migratório.

Pode ser considerada a primeira capacitação em PLAc aberta a todas as pessoas que trabalham com ensino de português para imigrantes em Roraima. Uma oportunidade única para os docentes voluntários, tendo em vista a crescente demanda nessa área (CASTILHO, 2013) e a dificuldade dos professores em saírem do Estado para participarem de cursos e eventos. Destarte, o primeiro curso voltado ao Português como Língua de Acolhimento em IES roraimense foi oferecido pelo Projeto Acolher, da UFRR.

Esse projeto surgiu graças a um acordo com a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), por meio da Cátedra Sergio Vieira de Mello (CSVM)¹⁰, com o objetivo de desenvolver ações de educação, pesquisa e extensão. Dentre as ações iniciadas, estão os cursos de português para refugiados venezuelanos ministrados por acadêmicos e pessoas da comunidade.

O trabalho voluntário teve a participação do curso de Relações Internacionais, Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT/UFRR), Grupo de Pesquisa (GEIFRON), Centro de Ciências Humanas (CCH) e membros de projetos de extensão desenvolvidos na universidade. Conforme Costa e Silva (2018, p. 603), neste contexto migratório “a condição de refúgio está intimamente relacionada à aprendizagem de uma nova língua”. E a partir dessa necessidade surgiram os cursos de português destinados a esse público em Roraima, após a chegada de milhares de imigrantes ao Estado.

O curso Português como Acolhimento iniciou-se, portanto, no primeiro semestre de 2017 no Colégio de Aplicação da UFRR. A proposta era reforçar, a partir de vivências com músicas e vídeos, a experimentação com a língua portuguesa e seus usos coloquiais. A segunda etapa do curso foi coordenada pedagogicamente por uma professora com graduação em Letras (UERR), cuja formação e experiência em PLE/PL2 se deu por meio dos estágios supervisionados realizados no curso de extensão oferecido no Campus de Pacaraima. Posteriormente, a professora realizou o trabalho de conclusão de curso na área e continuou trabalhando como voluntária, mesmo após a colação de grau.

Ao mudar-se para Boa Vista, decidiu integrar a equipe de voluntários do Projeto Acolher (UFRR) e em pouco tempo tornou-se a coordenadora pedagógica do curso de português, já

com ofoco no acolhimento de refugiados e imigrantes. Esse relato mostra a importância de envolver os acadêmicos nos projetos de extensão (AMADO, 2013), pois, mesmo sem a referida docente ter cursado uma disciplina específica na graduação, a participação como estagiária e voluntária lhe proporcionou uma vasta experiência e despertou nela a sensibilidade para enxergar a necessidade social dos imigrantes em situação de vulnerabilidade.

Os professores da equipe do Projeto Acolher eram voluntários, estudantes das áreas de Relações Internacionais, Psicologia, Ciências Sociais e alguns poucos professores formados em Letras. Apesar da falta de experiência com o ensino de português, a equipe tinha vontade de ajudar as pessoas, uma característica marcante no ensino de PLAc. As aulas ocorriam de segunda à sexta-feira, duas horas diárias, durante um mês. Aos sábados, faziam encontros práticos, com duração de 3 horas, mediados por professores formados, com experiências em ensino de línguas e literatura brasileira. Também eram oferecidas aulas para crianças de 02 a 14 anos, na turma chamada de Português-sinho, direcionada aos filhos dos imigrantes que se matriculavam no curso.

As crianças aprendiam a língua portuguesa brincando, assistindo filmes, cantando e pintando. Os professores passavam por uma capacitação antes de iniciar cada turma, com a supervisão e orientação da coordenadora. No segundo semestre de 2018, o Projeto Acolher realizou um convênio com a empresa Ericsson e o curso passou a ser desenvolvido com o viés tecnológico. O ensino de português com o auxílio das novas tecnologias como lousas digitais interativas, tablets, aplicativos, dentre outros recursos, como objetivo de promover a inclusão.

1621

A parceria com a empresa privada proporcionou salas equipadas com as novas tecnologias e pagamento aos professores e coordenadores durante um ano. Assim, em 2018 a UFRR recebeu o apoio do Programa Federal Idioma sem Fronteiras e da iniciativa privada. No entanto, o maior número de refugiados e imigrantes forçados beneficiados com o ensino de português, desde 2017, foi graças a professores e acadêmicos voluntários, sensibilizados com a situação social dos recém-chegados.

Atualmente, estão iniciando as pesquisas em PLAc por meio de trabalhos de conclusão de curso da especialização em ensino de línguas. Os cursos de extensão da Universidade Estadual de Roraima trabalham na perspectiva do PLAc desde 2017, porém, só no primeiro semestre de 2018 o projeto foi reestruturado e adaptado ainda mais às particularidades do ensino da língua como acolhimento. Com o nome Português como língua de Acolhimento, o curso que iniciou em agosto de 2018 foi de apenas

40 horas, tendo em vista a dificuldade dos imigrantes em frequentar aulas durante um longo período de tempo.

Diante das considerações, percebe-se que, em que pese existir no estado de Roraima cursos de português direcionados aos estrangeiros tanto da Universidade Federal de Roraima, quanto na Universidade Estadual de Roraima, esses ainda são insuficientes e enfrentam desafios para sua concretização, além de serem oriundos de projetos de outras instituições como a UNB. No que concerne ao Português como língua de acolhimento, este ainda necessita de implementação mais definitiva, pois apenas a partir do ano de 2017 é que o Estado passou a se interessar, quando a demanda de refugiados venezuelanos em massa para o Brasil intensificou-se a partir de 2014. Nessa linha pensar, apresento como modelo a ser implementado nas Universidades Públicas de Roraima, o Projeto Português Brasileiro para a Migração Humanitária da Universidade Federal do Paraná (UFPR) como um modelo adequado e eficaz ao acolhimento dos refugiados no Brasil.

PROJETO PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA MIGRAÇÃO HUMANITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (PBMIH/UFPR)

Em novembro do ano de 2013, o Centro de Línguas e Interculturalidade da Universidade Federal do Paraná (Celin-UFPR), juntamente com o Departamento de Letras da mesma instituição de ensino inaugurou quatro turmas de português como língua estrangeira (PLE) para haitianos. No entanto, esse grupo não era o único em situação de vulnerabilidade social que necessitava aprender a língua portuguesa. Havia também um número significativo de alunos sírios. O Celin-UFPR há mais de vinte anos desenvolve o ensino de PLE, porém o perfil de estudos da instituição sempre foi, em sua maioria, de intercambiantes.

No entanto, diante da nova demanda, a partir dessas quatro turmas piloto, foi criado então dentro do Celin-UFPR o projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH), que juntamente com professores do departamento de Letras, do curso de Direito e do curso de Informática, uniu esforços para ensinar português e também fornecer a esses alunos orientações que pudessem auxiliá-los no processo de adaptação à nova realidade social que estavam vivendo.

O objetivo desse projeto foi desenvolver um curso de português na perspectiva de língua de acolhimento para alunos refugiados em geral, mas que começou tendo como foco os alunos sírios. A

metodologia é voltada para a concepção de língua portuguesa como instrumento para a construção da identidade dessas pessoas, método esse denominado pela UFPR como “portagiratória” e as atividades são voltadas para o desenvolvimento completo de tarefas, ou seja, cada atividade terá, naquela aula, começo, meio e fim, de modo que o conteúdo daquele dia, não será continuado na aula seguinte. Isso permite que o refugiado que ingresse tardiamente, não se sinta prejudicado e participe de atividades daquele dia e assim por diante. A aula tem três horas de duração, o material didático é próprio da universidade desenvolvido pelos professores com base na demanda dos alunos. A formação dos professores é realizada através das reuniões pedagógicas.

A primeira fase representou uma nova condição de ensino-aprendizagem. No ano de 2014, os alunos sírios que procuravam por aulas de português eram encaminhados para o projeto PBMIH. Logo os professores perceberam que esses alunos necessitavam de uma abordagem específica, por várias razões, entre elas; ritmo e velocidade de aprendizagem, cultura de aprendizagem de língua estrangeira, características culturais, entre outras. Desse modo iniciou-se às aulas com os alunos sírios em 2014, em uma sala da UFPR, duas vezes por semana durante duas horas-aula.

Inicialmente, com a ajuda da professora de árabe Nádia Kanhoush Hamati, que participou das quatro primeiras aulas fazendo algumas observações quanto ao funcionamento da língua árabe e do português, além disso, ela dava orientações para os alunos quanto a procedimentos burocráticos que eles deveriam seguir no Brasil. Nas aulas buscou-se estabelecer proximidade com os alunos no intuito de que todos se sentissem à vontade para perguntar, interagir e estabelecer assim uma relação de trabalho, de colaboração e de mediação. 1623

Percebeu-se, inicialmente, grande ansiedade por parte dos alunos com a aquisição da língua seguindo um sistema de aprendizagem bastante frequente entre os alunos estrangeiros que é pelo método estrutural, isto é, partindo de estruturas linguísticas determinadas como modelos da língua-alvo e seguindo um processo de repetição para a fixação dessas estruturas. Porém, não foram resistentes quando apresentou-se texto de práticas de ensino que visavam à língua em uso.

Acredita-se que este é um processo gradativo que pouco a pouco vai introduzindo o idioma e logo percebam a utilidade e razão dessa abordagem. Pouco mais de 20 alunos estavam ávidos para aprender e a cada semana voltavam para as aulas com um salto na sua proficiência. Embora fossem

falantes de uma língua distante do português brasileiro, conseguiam apropriar-se de vocabulário novo, estruturas e expressões com muita velocidade, apenas com exceção dos alunos mais velhos que necessitavam de mais tempo. Havia muita colaboração entre os alunos, quando um não sabia de algo, alguém sempre o ajudava. Apresentavam-se participativo, se queriam expressar suas ideias.

Um direcionamento teórico-metodológico que se apresentou bastante efetivo nesse contexto foi o ensino de línguas por tarefas. Esse direcionamento constitui-se não como uma metodologia, mas como um conjunto de procedimentos que tem na estrutura central o desenvolvimento de tarefas, caracterizadas por três fases: pré-tarefa, ciclo da tarefa e pós-tarefa. Esses encaminhamentos contribuem para a preparação das propostas didáticas dando encaminhamento para que os alunos produzam textos orais ou escritos. Como tarefa compreende-se “propostas de compreensão e produção de textos – escritos, orais, verbais ou não verbais – que seguem um planejamento predeterminado, com o objetivo de convidar o aluno a praticar a língua em situações contextualizadas e significativas.” (SANTOS, 2014, p.8).

As tarefas são propostas nas unidades temáticas com enunciado que considera quem fala, o que fala, para quem fala, como fala e com que finalidade. Essas questões são o principal direcionamento para a elaboração dos enunciados. Assim, a língua é explorada a partir do seu contexto de uso, o que propicia a percepção de situações comunicativas e a posição enunciativa que se deve assumir em diferentes textos a serem produzidos. Ao fim do primeiro semestre de 2015, a coordenação do PBMIH decidiu reconfigurar o formato das aulas para os alunos sírios.

As turmas voltadas exclusivamente para alunos haitianos já trabalhavam guiadas pela teoria da língua de acolhimento, que, de acordo com Grosso (2010), é aquela orientada para a ação, capaz de contribuir para a vida cotidiana do migrante na nova sociedade acolhedora. Diante da experiência positiva desses grupos, decidiu-se trabalhar a partir desta perspectiva também com o grupo de alunos da Síria. Porém, percebeu-se que atuar com tal corrente teórica não era coerente com o atendimento exclusivo a refugiados sírios, excluindo diversos indivíduos que também necessitavam de aulas de português e que já haviam buscado oportunidades dentro do PBMIH. Assim, o projeto passou por duas importantes transformações. A primeira delas diz respeito, então, à nacionalidade do público atendido. Estendeu-se a atuação para migrantes provenientes de qualquer país, desde que estejam no Brasil em situação de refúgio.

A segunda mudança está relacionada à configuração dos grupos. Ao invés de diversos mini-grupos, formaram-se dois maiores, os quais foram chamados de Turmas de Acolhimento. Os próximos passos foram entrar em contato com alunos que fizeram parte do projeto no começo do ano, convidando-os a continuar assistindo às aulas dentro desta nova configuração, e divulgar a iniciativa para instituições parceiras, como a Pastoral do Migrante, a Cáritas, a ONG Casa Latino Americana (Casla), entre outras.

O PBMIH não funciona como um curso de língua semestral. Isso significa que, desde que haja vaga na turma, o aluno é acolhido em qualquer momento. É certo que os migrantes e refugiados chegam a todo o tempo ao Brasil e a urgência de inserção social não permite que eles esperem um novo semestre para começar a aprender português. Ançã (2008) é uma das teóricas nas quais o projeto se apoia para defender que o domínio da língua é o primeiro passo para garantir a autonomia individual do estrangeiro na nova sociedade acolhedora, bem como a harmonia coletiva.

Desse modo, o projeto desenvolveu uma metodologia própria, que denominamos ensino em trânsito. Cada uma das turmas conta com um coordenador, ou seja, um professor mais experiente no projeto, bem como, alguns professores estagiários (estudantes da graduação em Letras na UFPR). Há um revezamento em sala: enquanto um professor está no quadro ministrando a aula, os de mais sentam com os alunos a fim de garantir que os estudantes tirem dúvidas e entendam o conteúdo.

1625

Atualmente, as turmas de Acolhimento do PBMIH contam com seis alunos da graduação e com três professores da Letras da UFPR. Por conta do número de alunos e do espaço de que ora o projeto dispõe, não é possível separar os alunos desses grupos de acordo com seu conhecimento linguístico. Ou seja, em uma mesma sala de aula temos indivíduos com diferentes níveis de proficiência em língua portuguesa.

Os diversos professores em sala dividem-se para ajudar os alunos em suas dificuldades, sobretudo nos momentos de exercícios de produção oral ou escrita. Outro modo de contemplar os alunos em suas necessidades específicas é a produção de exercícios e atividades extras. Além do material didático estudado em sala de aula, alguns estudantes recebem mais atividades para serem feitas ainda em casa como um modo de complementar seus estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações infere-se que os refugiados quando ingressam no Brasil enfrentam obstáculos a sua inclusão social, seja em relação a preconceito, seja em relação ao acesso ao trabalho, aos serviços básicos, como saúde, educação e moradia. Soma-se a isso o não domínio do idioma português. Não conhecer o idioma português, ainda que o espanhol apresente semelhanças, limita a interação com os brasileiros. No caso dos venezuelanos no Estado de Roraima, local de maior fluxo e permanência, onde deveria haver política pública de acolhimento voltada para o estudo da língua Portuguesa como Língua de Acolhimento (PLAc), há apenas o ensino do português ao estrangeiro de modo geral, todavia, os refugiados apresentam peculiaridades em relação aos demais migrantes, pois são vulneráveis, migraram de forma forçada, portanto, da mesma forma que a lei brasileira os trata de modo diferenciado, deve implementar nas universidades públicas cursos de PLAc.

A Universidade Federal do Paraná desenvolveu um projeto intitulado Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH) em que apresenta uma metodologia que perpassa o ensino básico da língua portuguesa para estrangeiros (PLE), ou seja, além do ensino direcionado aos refugiados e que sua implementação nas Universidades Públicas de todo o país, em especial, nas do Estado de Roraima, que como exposto anteriormente, é o local de entrada de venezuelanos, representaria um avanço em relação ao acolhimento dos refugiados no Brasil, já que é dever do país, não apenas acolhê-los, e sim, integrá-los na sociedade a fim de querer tomem a suas vidas como cidadãos.

1626

A metodologia, conforme exposto anteriormente, é voltada para a concepção de língua portuguesa como instrumento para a construção da identidade dessas pessoas, método esse denominado pela UFPR como “portagiratória” e as atividades são voltadas para o desenvolvimento completo de tarefas, ou seja, cada atividade terá, naquela aula, começo, meio e fim, de modo que o conteúdo daquele dia, não será continuado na aula seguinte. Isso permite que o refugiado que ingresse tardiamente, não se sinta prejudicado e participe de atividades daquele dia e assim por diante. As aulas têm três horas de duração, o material didático é próprio da universidade desenvolvido pelos professores com base na demanda dos alunos. A formação dos professores é realizada através das reuniões pedagógicas.

Portanto, percebe-se que o ensino do português como língua de acolhimento é apresentado como a forma mais adequada para ser implementada nas universidades públicas como forma

de acolher os refugiados no Brasil, tendo em vista o aumento de fluxos migratórios forçados para o Brasil nos últimos anos. Entretanto, percebe-se que o ensino de português aos estrangeiros no Estado de Roraima não se apresenta de forma satisfatória, concreta e efetiva frente à ausência do ensino da língua portuguesa como língua de acolhimento, além da qualificação dos professores que é deficiente. No entanto, ainda que as universidades do Estado de Roraima estejam introduzindo por meio de projetos de extensão e incentivando o ensino e a pesquisa na área de PLAc, ainda não é efetiva, são apenas experimentos voluntários em conjunto com outras universidades do país. O que conforta é saber que o Estado de Roraima vem se direcionando para implementar o ensino do Português como língua de acolhimento aos refugiados.

Desse modo, conclui-se pela importância de um curso de português como língua de acolhimento no Estado de Roraima, de modo efetivo que atenda a demanda, a ser desenvolvido nas Universidades Públicas é medida necessária para que os refugiados consigam interagir na sociedade, principalmente no acesso ao emprego e renda. Para isso, o modelo a ser implementado é o PBMIH adotado na UFPR, pois representa um projeto específico, enriquecedor e que vem se apresentando de modo positivo pela sua metodologia aplicada, conforme demonstrado anteriormente. O PBMIH, além do ensino do idioma, trabalha ainda assuntos afim de que os alunos compreendam o funcionamento de diversos aspectos da sociedade brasileira. Entre os já desenvolvidos estão a busca por emprego e o universo do trabalho, o funcionamento do sistema público de saúde, o mundo dos estudos, mobilidade urbana, entre outros, portanto, implementar esse modelo contribuirá para a inclusão social dos refugiados no Brasil pelos motivos acima expostos.

1627

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. (Org.). Português brasileiro para migração humanitária: um estudo etnográfico. Ms. DELEM/UFPR, 2014.
- AMADO, R. de S. O ensino do Português como língua de acolhimento para refugiados. Revista SIPLE – Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira, ano 04, n. 3, ed. 7, 2013.
- ANÇÃ, M.H. Língua portuguesa em novos públicos. In: Saber (e) Educar. nº 13, p. 71-87. Porto, 2008.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire - 49ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GROSSO, M.J.R. Língua de acolhimento, língua

deintegração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v.9, n.2, p.61-77, 2010.

BARBOSA, L. M de A.; SÃO BERNARDO, M.A. The role of language in social integration of refugees. In: Sabine Gorovitz, Isabella Mozzillo (Org.) *Language Contact: Mobility, Borders and Urbanization*. ed. Cambridge Scholars Publishing, v.1, p.107-118, 2015.

CABETE, M. O processo de Ensino-aprendizagem do Português enquanto língua de acolhimento. *Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa)*. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

GROSSO, M. J. dos R. Língua de Acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v.9, n.2, p.61-77, 2010.

OLIVEIRA, A.P. Processamento da Informação num Contexto Migratório e de Integração. In: GROSSO, M. J. R. *Língua de acolhimento, língua de integração*. Lisboa: Educação em Português e Migrações, 2010.

RUANO, B. P.; GRAHL, J. A. Portuguese as a welcoming language – teaching experiences with Haitian and Syrian students from PBMIH-UFPR project. San Juan: *Anais Latin American Studies Association (LASA)*, 2015. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/auth/prot/congresspapers/Past/lasa2015/files/45600.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

RUANO, B.P.; CURSINO, C.A. Português brasileiro como língua de acolhimento: projeto PBMIH Anais I Congresso Internacional de Estudos em Linguagem (CIEL), 2015. 1628

SANTOS, J. M. P. Proposta de critérios para elaboração de unidades temáticas e de enunciados de tarefas em contexto de ensino de PLE no Celin-UFPR. Curitiba, 2014. 149 f. *Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos)* – Universidade Federal do Paraná.